



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

GLEIDSON DOS SANTOS SILVA FILHO

**UM PAÍS OU DOIS? O BRASIL NA TEORIA E O DA PRÁTICA:
A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E A CONTRADIÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

GLEIDSON DOS SANTOS SILVA FILHO

**UM PAÍS OU DOIS? O BRASIL NA TEORIA E O DA PRÁTICA:
A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E A CONTRADIÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado por Gleidson dos Santos Silva Filho à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para a obtenção do título de Bacharel no curso de Humanidades.

Orientador(a): Prof^(a) Dr^(a) Cristiane Santos Souza.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

GLEIDSON DOS SANTOS SILVA FILHO

**UM PAÍS OU DOIS? O BRASIL NA TEORIA E O DA PRÁTICA:
A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E A CONTRADIÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação, modalidade projeto de pesquisa, apresentado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 05/06/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristiane Santos Souza (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Ana Luiza Pinheiro Flauzina

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a cada membro da minha família de uma forma diferente, pois todos me ajudaram de maneira única e fundamental para que eu pudesse estar aqui. Meu pai Gleidson dos Santos e os diversos debates provocados por ele, contribuíram para a formação mais clara das minhas ideias, além disso, ao ter se formado no ensino superior em meio a tantas adversidades, me serviu de inspiração. Ao meu irmão Romulo Oliveira, sempre me ajudando na logística e possibilitando minha pontualidade durante o curso. E a minha mãe Vanilda Oliveira, sem ela nada seria possível, sempre me apoiou e acreditou em mim. Me permitiu sonhar e realizar, sempre presente, meu colo, meu chão, meu ninho, enfim, tudo.

Aos meus parentes, tios, tias, primos e primas ficam meus agradecimentos de forma geral, para que eu não cometa a injustiça de esquecer alguns nomes devido ao grande número. Minha avó Vanice Maria, que sempre fez o melhor para que eu pudesse estudar com qualidade.

O apoio dos meus amigos sempre foi fundamental nessa caminhada, muitos colegas durante esses dois anos tornaram-se amigos(as), irmãos e irmãs, a eles e elas gostaria de agradecer pelo incentivo, carinho e, também, as críticas e agradecer de forma especial a: Mariana Reis, Ruan Jones, Thiago Lima, Matheus Fabiano, Gideon Santos e Illana Bomfim. E todos os outros que estiveram ao meu lado nesse trajeto.

Quero agradecer a todos os professores com quem tive a sorte de conviver e aprender. Este processo foi, é e será muito importante para minha formação acadêmica e pessoal.

E por último agradecer a minha orientadora, Cristiane Santos Souza, que me acalmou nos momentos de tensão, me mostrou o caminho quando parecia não haver um, por acreditar e confiar em mim.

Agradeço incondicionalmente a todos e todas que me ajudaram de forma direta e indireta e espero retribuir tudo o que me foi concedido.

“Eu acredito nesse povo de paz, que se mostra capaz de mudar, se mover que precisa olhar para trás e conhecer muito mais para lutar e vencer”

(Genival Oliveira Gonçalves, 2013)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	TEMA	10
2.1	DELIMITAÇÃO DO TEMA	10
3	OBJETIVOS	10
3.1	OBJETIVO GERAL	10
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
4	REVISÃO DE LITERATURA	10
5	JUSTIFICATIVA	17
6	METODOLOGIA	18
7	CRONOGRAMA	22
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Quando se nasce imerso em algo e, este algo te persegue durante toda a vida, há duas opções: correr ou enfrentar. Optei muito tempo pela primeira, mas a segunda é o que me cabe. Por isso não posso simplesmente ignorar e deixar que a violência continue de forma indiscriminada e sem oposições. Se for um oponente à altura, isso o tempo dirá.

Pensei como combatê-la? Qual a melhor forma? Farei através das palavras, mas não das palavras vazias. Palavras que levarão outros e outras iguais a mim (jovem, negro e pobre de uma comunidade de baixa renda de Salvador) a se conscientizarem. Quando falo desses adjetivos, se é que isso são adjetivos, não é um discurso vitimista. São as condições que me foram impostas e, também, a milhões de brasileiros e brasileiras. Mas não são as condições que nos cabem.

Nesta pesquisa pretendo analisar a violência, em particular a violência institucional empreendida pelo Estado e suas diversas facetas e, observar e compreender porque esse fenômeno acontece abundantemente no Brasil. Um país que tem como base constitucional o direito a vida. Para a realização da tarefa proposta é necessário primeiro entender o conceito de violência, suas causas e qual a sua relação com a constituição e ação do Estado. Hannah Arendt (1970) define violência da seguinte forma.

A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca. E aquilo que necessita de justificar-se através de algo, mas não pode ser essência de coisa alguma. (ARENDR, 1970 p.,32)

Ou ainda, nos termos de Espinheira (2004),

A desvalorização da vida é consequência do dilaceramento do tecido social. Não há um estar juntos para compartilhar emoções comuns. As pessoas estão fragmentadas e vivem fragmentariamente o cotidiano, o “infernado emaranhado de coisas” esta condição de vida leva recorrência à violência como um modo de atingir objetos. (ESPINHEIRA, 2004, P., 65)

Destaco no trecho acima duas palavras que considero de suma importância para o projeto Estatal de controle das massas negras: “fragmentação” e “desvalorização”. Estamos imersos mais que nunca num ponto crítico de acirramento

destes processos de fragmentação e desvalorização dos direitos e de condições mínimas de vida e dignidade humana.

A população negra e pobre sofre com a falta de elementos fundamentais para uma vida digna. Nas comunidades onde residem pessoas de baixa renda há constante falta de água, saneamento básico, acessibilidade e uma segurança que realmente atenda as demandas dessa parte da população. Na capital baiana a cena se repete e os moradores dessas localidades ainda sofrem com a disputa das facções pelo controle do tráfico de drogas, o que reduz ainda mais a mobilidade e fragmentando os bairros em diversas zonas isoladas.

Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em sua pesquisa mais recente, no ano de 2016, a parcela da população que se autodeclara preta e parda representa 54,9%, ou seja, mais da metade do país. Em Salvador esse índice sobe consideravelmente e os seguimentos preto e pardo passam a compor 80% da população, também segundo o IBGE. Para dominar esse contingente é necessário fragmentar e a melhor maneira de fazê-lo, é através da desvalorização das práticas sociais e culturais e dos valores deste contingente da população. É uma indução à valorização da cultura da violência, entre as populações mais pobres e conseqüentemente negras.

O Brasil é um campo fértil quando o assunto é violência. Infelizmente as bases da nação foram construídas com o sangue negro e indígena. Quando o processo de escravização acabou, o controle do “outro” (o não europeu) tinha que ser feito de outra forma e todo um sistema Estatal foi criado, pois, para manter um contingente tão grande de pessoas, seria necessário começar desde a maternidade. Quando nos referimos a sistema Estatal, o fazemos segundo a definição de Weber.

O Estado do mesmo modo que as associações políticas historicamente precedentes, é uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio da coação legítima (quer dizer, considerada legítima). Para que ele subsista, as pessoas dominadas têm que se submeter à autoridade invocada pelas que dominam no momento dado. Quando e por que fazem isto, somente podemos compreender conhecendo os fundamentos justificativos internos e os meios externos nos quais se apoia a dominação. (WEBER, 2015, p., 526,)

O presente estudo tem o objetivo de mostrar como esse controle está presente até os dias atuais e como sua engrenagem é contínua e incansável. Quando se fala desse projeto e do extermínio de pessoas com baixo poder aquisitivo, lembra-se

logo da polícia militar. Mas a sociedade foi montada para manter e mascarar por muito tempo esse projeto.

A República nasce intoxicada por uma nuvem de fumaça. O incêndio provocado pela circular nº 29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo então Ministro das Finanças, Rui Barbosa, que “ordenou a destruição pelo fogo todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral.” (NASCIMENTO, 2002, p.88 Apud FLAUZINA, 2006, p.,67)

O Brasil tem essa peculiaridade quando o assunto é violência e racismo. Podemos dizer que existem dois países em um só: O Brasil da democracia racial, da constituição para todos, do direito a vida assegurada etc. E temos o Brasil real, o país que mais mata em todos os âmbitos, desde a maternidade, os números do país são de guerra. E superam em números de homicídios dos países que estão efetivamente em guerra.

Procura-se analisar o porquê dessa dicotomia e, porque a constituição não consegue ser cumprida nos locais aonde as pessoas mais precisam da “mão do Estado” de forma a garantir e “zelar” por direitos. A mão chega na maior parte das vezes para aquele e só se eleva com o intuito de bater.

O contexto deste estudo é a capital da Bahia, Salvador, mas a violência institucional no Brasil como um todo é singular. Para melhor sistematizar minhas ideias e analisar o problema em questão a partir do período pós-abolição, analisando as constituições e as leis desde a proclamação da República. As entrevistas serão realizadas com pessoas que viveram a adolescência na década de 90, e pessoas que passam por essa fase atualmente. Com isso pretendo observar o comportamento e as mudanças da violência institucional nesses dois períodos.

Por ora, vale sinalizar que nesse estudo pretendo falar do ponto de vista das pessoas que sofrem tal violência, e como isso implica na estrutura familiar, ou seja, analisar o ciclo da violência e suas consequências na sociedade soteropolitana. A linguagem será direta, para que a pesquisa atinja seu objetivo, transpassar os muros da academia, analisar a violência, experiência e as visões de suas vítimas, problematizando a ideia de naturalização da violência e tudo e qualquer outra naturalização de fenômenos socialmente construídos.

2 TEMA

Constituição brasileira e a violência institucional.

2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A violência institucional do Estado cometida contra a população negra de baixa renda.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a discrepância da teoria e da prática das políticas públicas e princípios estabelecidos pelo Estado brasileiro, discutir porque a ineficiência é direcionada para os seguimentos mais vulneráveis histórica e economicamente. E a Violência Institucional realizada para tais.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a discrepância entre a teoria e a prática das políticas públicas e princípios constitucionais do Estado Brasileiro.
- Demonstrar como o controle do Estado está presente até os dias atuais e como sua engrenagem é contínua e incansável.
- Analisar o ciclo da violência Institucional e suas consequências na sociedade para a população negra de Salvador.

4 REVISÃO DE LITERATURA

A República Federativa do Brasil é contraditória em diversos pontos, são tantos, que enumerá-los em sua totalidade seria uma missão difícil, se não impossível. Por isso trabalharemos o artigo quinto e sexto da constituição brasileira formulada em 1988. Que dizem:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

Os trechos citados acima seriam ideais para uma sociedade igual e harmônica, porém a última frase do artigo sexto tem muito a dizer, e é onde está o problema. “Na forma desta constituição”.

Saindo do ramo jurídico e fazendo uma análise histórica como se deu a constituição do Brasil no período pós-abolição, sob que parâmetros foram construídos essa nação? Sabe-se que fomos colonizados e as populações nativas foram dizimadas por não cederem ao processo de escravização, e este foi feito com africanos, não trataremos dos pormenores desse processo lamentável e desumano, devido ao recorte escolhido.

Recuando desde o período pós-abolição onde teoricamente todos deveriam ser iguais já que não havia mais escravizados apenas homens livres. Contudo os homens ditos “livres” foram aprisionados em outras correntes. O sistema Estatal. Que impôs barreiras na saúde, educação, segurança e, até mesmo, na geografia, pois os cidadãos pobres, negros principalmente, foram afastados dos bairros com mais infraestrutura e dos grandes centros urbanos, por isso que a palavra periferia muitas vezes é utilizada como sinônimo de bairro pobre.

A cidade de Salvador é o foco da pesquisa, pois sou testemunha das ações que o Estado realiza diariamente em bairros pobres, desde as maternidades públicas até as ações policiais. O serviço obstétrico público foi uma conquista, parcial, porque é gratuito, mas não tem qualidade para atender de maneira satisfatória e segura o recém-nascido e a mãe. Essa contrapartida pode ser observada abaixo.

Historicamente a atenção à saúde da mulher foi centrada na função reprodutiva, sobretudo durante a gravidez e o parto. No século XX na década de 70, o Programa de Saúde Materno-Infantil (PMI) retratou uma política do Estado brasileiro, que pretendia proteger o binômio mãe-filho e, na década de 80, o governo reconheceu a justeza da luta do movimento feminista pela ampliação da atenção à mulher, criando o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). (ALMEIDA, M.S; SILVA, I. A. 2008, p., 348)

No trecho logo abaixo demonstra como a violência institucional, está presente na vida das mulheres, com baixo poder aquisitivo, durante o processo de maior vulnerabilidade física, que dependem do Estado, este por sua vez concede os direitos assegurados a todos, como se fossem favores ou uma benfeitoria.

Esta violência, segundo D'Oliveira, Diniz e Schraiber (2002), é expressa desde a negligência na assistência, discriminação social, violência verbal (tratamento grosseiro, ameaças, reprimendas, gritos, humilhação intencional) e violência física (incluindo não-utilização de medicação analgésica quando tecnicamente indicada), até o abuso sexual. Outras pesquisas também apontam, como um tipo de violência, o uso inadequado de tecnologia, com intervenções e procedimentos muitas vezes desnecessários em face das evidências científicas do momento, resultando numa cascata de intervenções com potenciais riscos e sequelas (Diniz, Chacham, 2006; Diniz, 2001). O parto é um evento social que integra o rol das experiências humanas mais significativas para os envolvidos. (AGUIAR, Janaína Marques de; D'OLIVEIRA Ana Flávia Pires Lucas, 2011, p., 80)

O Estado garante o que está na constituição de forma distorcida, isso faz com que a dominação através da violência seja mantida e encarada com naturalidade. A verdade é que isso não se encontra de forma explícita, mas isso está interiorizado na sociedade de tal maneira, que a engrenagem funciona automaticamente. Este é o primeiro passo, mas não o último.

Durante o seu processo de formação a criança passa por escolas com infraestruturas precárias e uma educação forjada hegemonicamente em bases curriculares eurocêntrica, que produz um abismo entre o que o repertório formal estabelece e sua realidade, o que gera muitas vezes, frustrações e uma crise identitária.

A implementação da lei 10.639/03 (que tornou obrigatório o ensino e a história da cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e particulares, no ensino fundamental e médio no país) significou um grande avanço para a construção de um caminho rumo a descolonização das mentes, este conceito engloba, “toda mudança de descolonização política (não-racistas, não heterossexualmente patriarcal) deve suscitar uma desobediência política e epistêmica.” (MIGNOLO, 2008, p., 287) mas infelizmente voltamos aquela questão.

Mas infelizmente voltamos àquela questão isso está realmente acontecendo na prática? Sim, mas em proporções irrisórias, pois a lei foi estabelecida, mas os meios para que ela fosse aplicada não foram. Percebemos então, a teoria de Durkheim, que a escola é um espelho da sociedade e as discriminações se repetem,

onde deveriam ser combatidas. Então, como conseguir ensinar um conteúdo que possa abranger outros povos se a sociedade está impregnada de uma cultura dominante, que baseia sua supremacia na inferiorização de outras? Renato Nogueira, em contraposição a esse sistema, mostra que é possível estabelecer uma base educacional interdisciplinar, que possa contemplar e priorizar a cultura afrodescendente, sem haver o detrimento às demais. A afrocentricidade põe o negro como protagonista da sua própria história, protagonismo esse que foi negado ao longo dos anos. Mas com a consciência e respeito a diversidade cultural.

As escolas estaduais estão sucateadas e oferecem uma educação que só possibilita a estagnação do negro em sua posição de vulnerabilidade. Além de uma política de não reprovação escolar, mesmo com o aluno despreparado para a próxima etapa do ensino. O jornal Folha de São Paulo (2017) traz dados sobre a realidade das crianças que utilizam o sistema público de educação. “Mais da metade dos alunos do 3º ano do ensino fundamental da rede pública do Brasil têm níveis de leitura e matemática considerados insuficientes”.

Ou ainda como nos lembra Flauzina (2006), “O sistema escolar acaba por decretar ainda outro tipo de interrupção da existência humana, nas sutilezas dos boicotes às potencialidades”. Na mesma linha Reis (2005) ao estudar as políticas de segurança pública e sua relação com as comunidades populares de Salvador, nos diz que: “A escola pública frequentada pela grande maioria dos pobres, à medida que foi oferecendo o maior número de vagas foi também sendo devastada, a ponto de o fato de concluí-la não significar muita coisa na mudança de vida.”

No sistema segurança pública é onde a violência institucional é mais perceptível. Ampliando meu diálogo para melhor situar os limites conceituais sobre a violência, tomo de empréstimo as palavras de Reis (2005), em que nos diz que: “A violência é entendida nesta pesquisa como todas as formas de violação dos direitos de pessoas ou grupos humanos, que, mediante uma força superior, não têm mecanismos de defesa e/ou de autodefesa”. Vale ressaltar aqui, mais uma vez, o conceito de violência, e apesar de tratar de apenas uma de suas facetas, é importante conceitua-la de forma geral.

Não é possível analisar a violência de uma única maneira, tomá-la como fenômeno único. Sua própria pluralidade é a única indicação do politeísmo de valores, da polissemia do fato social investigado. Proponho então considerar que o termo violência se refere à luta, ao conflito, ao combate, ou

seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social. (Maffesoli, 1987, *apud* Espinheira, 2004, p., 63)

A presença do Estado nas comunidades pobres, com uma maioria populacional de negros e negras acontece através da polícia. Segundo a Anistia Internacional (2015) a polícia brasileira é a que mais mata no mundo. Quem ela mata? A Anistia Internacional apresenta dados de uma pesquisa realizada em 2015, que demonstram que no Brasil ocorreram 56 mil homicídios em 2012. E mais, que “Entre as vítimas da violência policial no Rio, entre 2010 e 2013, 99,5% eram homens. Aproximadamente 80% das vítimas eram negras e três em cada quatro, 75%, tinham idades entre 15 e 29 anos.”¹ No ano de 2014 esses números crescem, passando para 59.627, segundo o IPEA (Instituto Pesquisa de Econômica Aplicada). Sendo que desse número a polícia foi responsável por 15,6% dos homicídios. Já em 2016 o número foi mirabolante: 61,6 mil homicídios, segundo este mesmo instituto.

Em Salvador a cena se repete. Os maiores números de homicídios estão localizados nas periferias da cidade e nas cidades da Região Metropolitana de Salvador, a exemplo de Simões Filho, que, entre 2010 e 2012, foi considerada a cidade mais violenta do Brasil,² de acordo com a revista EXAME. Dentro da capital os bairros com maior índice são: Lobato Joanes, Paripe (estes localizados no Subúrbio Ferroviário de Salvador) e São Cristóvão, que estão localizados bem afastados do centro da capital baiana. Espinheira (2004) denomina esses locais de “cativeiros sociais”, o Subúrbio de Salvador é um exemplo. Nele faltam estruturas e políticas públicas, que possibilitem uma vida digna e sobram instrumentos de coerção que implicam nos altos números de homicídios e outros tipos de violência causadas pelo Estado, ou, por negligência deste.

Denomina-se cativeiro social aos espaços periféricos, onde os aí moradores foram sequestrados dos seus direitos, amordaçados em seus sonhos e expectativas, vitimados em sua esperança pela obtenção de um espaço digno de morar, acorrentados em uma segurança pública inoperante que vê nesses espaços o lugar da marginalidade. (ESPINHEIRA, 2004 p.,163)

¹ A anistia Internacional traz informações sobre o comportamento da violência do Brasil. Disponível em: < <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2015/09/forca-policial-brasileira-e-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio.html>. > acesso em: 07/04/18

² Segundo os dados do atlas da violência entre os anos de 2010 e 2014 a Bahia possui pelo menos quatro cidades entre as dez mais violentas do país. Essas informações foram retiradas da revista EXAME. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/brasil/as-250-cidades-mais-violentas-do-brasil/> > Acesso em: 02/04/18

O cidadão dos bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador, merece maior atenção quando se fala de violência institucional, pois este tem sua imagem associada a tudo o que há de sórdido. De acordo com Souza (2010) “Para muitos, ser morador do Subúrbio é carregar o estigma de ser pobre, sujo e feio – e marginal.” Esse *status* marginal, vem a ocasionar barreiras nas relações sociais e profissionais, fazendo com que os suburbanos de Salvador tenham menor possibilidade de mobilidade. Os estigmas sociais recaem sobre toda população que se torna culpada sem por julgamento prévio, sem direito a recursos ou defesa. Por conseguinte, a pobreza e o local de residência os tornam algozes, mas se pensarmos de forma lógica, podemos notar que civis que vivem em zonas de guerra estão mais sujeitos a baixas. Ou seja, conforme Souza (2010) “Se os bairros periféricos de Salvador são perigosos, eles o são principalmente para os seus moradores”

A violência institucional em suas múltiplas faces tem como principal alvo a população negra, isso os dados, os relatos e o cotidiano em Salvador tem evidenciado. Num breve recuo no tempo, vale recuperar o que sinalizei nas linhas anteriores deste texto. Desde o período pós-abolição o negro foi condicionado a pobreza e suas ações e costumes associados a marginalidade e criminalidade. Walter Fraga Filho mostra como a negritude estava relacionada a questão sócio econômica.

A cor da pele podia ser decisiva na classificação social dos indivíduos. A elite considerava-se Branca mesmo que para isso fosse preciso ocultar ou negar a sua, ainda que longínqua, ascendência negra. Isso porque a posse de bens tinha a curiosa faculdade de “branquear” até mesmo as pessoas de tez mais escura. Ser branco ou identificar-se como tal era poder contar com a possibilidades bem mais amplas de ascensão social ou pelo menos evitar não descer ao último degrau da indigência. (FRAGA FILHO, 1996. P. 24)
Na base inferior dessa hierarquia estavam situados os negros. A conquista da alforria significava luta redobrada para reconstruírem à Vida em liberdade e mais ainda contra as restrições legais que incidiam sobre os escravos africanos. (FRAGA FILHO, 1996. p., 24)

Em outras palavras, o ser negro era sinônimo de pobreza e transpor essa barreira era simbolicamente impossível. Atualmente com as lutas e movimentos

sociais ocorreram mudanças significativas,³ mas a população das comunidades pobres é majoritariamente negra e isso faz com que a violência seja direcionada para o pobre e negro, com algumas exceções.

O ciclo da violência é a violência pela violência gerando hostilidade de todos os lados. Mais uma vez são as palavras de Espinheira que tomo aqui para olhar pra mais uma dimensão da violência em sua complexidade. O autor nos diz que: “Ao mesmo tempo que a imagem de temido é uma armadura, é também fatal, pois uma pessoa capaz de atos extremos só pode ser eliminada pelo mesmo potencial de força.” (ESPINHEIRA, 2004, p. 64). Em Salvador e RMS a violência institucional tem peculiaridades se dá de forma mais cruel.

Para Flauzina (2006) “As seletividades quantitativas e qualitativas como pressupostos da atuação do sistema penal, salta aos olhos um instrumento que, pelo uso ostensivo da violência, opera em todo mundo, em prejuízo dos grupos vulneráveis.” Porém, em Salvador a regra das punições é extrema e irreversível. Na capital baiana as vítimas das “políticas penitenciais” não estão indo em massa para as prisões, mas para o IMLNR – Instituto Médico Legal Nina Rodrigues. (FCCV, 2002; Reis, REIS, 2005).

Podemos perceber que a violência policial é legitimada pelo Estado, e que este não tem intensão alguma de cessa-la, ao que os dados indicam. O PL 4471/12 que acaba com a legalidade do auto de infração, já tem mais de seis anos e não conseguiu ser aprovada,⁴ enquanto isso a polícia tem respaldo para assassinar e não ser responsabilizada. A polícia que deveria representar segurança é sinônimo de morte e hostilidade. Como demonstram os índices do Observatório da Violência de Salvador que no início dos anos 2000 não apontavam para essa possibilidade de convivência e parceria entre as polícias e a população residente nas áreas mais vulneráveis (FCCV, 2003 *apud*, Reis, 2005). Ou seja, para uma relação mediada pela força e pela eliminação do cidadão pelo Estado. Essa pesquisa como podemos notar foi feita em 2003, quinze anos se passaram e as relações entre populações

³ Conforme já pontuei ao lembrar da promulgação da constituição de 1988, assim como, mais recentemente a promulgação da Lei 10.639-03, da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de reconhecimento e demarcação das terras quilombolas.

⁴ O projeto de lei 4471/2012 que Trata de procedimento de perícia, exame de corpo delito, necropsia e da instauração de inquérito nos casos em que o emprego da força policial resultar morte ou lesão corporal. está pronto para ser posto pauta, porém é adiado constantemente. Ocorreu uma Sessão Deliberativa Extraordinária em: 09/11/2018. Contudo o PL não foi aprovado. Segundo a Câmara de Deputados “Matéria não apreciada em face do encerramento da Ordem do Dia.”

negras de baixa renda e a polícia não tiveram mudanças significativas. Podemos observar isso no relato de militantes do grupo Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta. Grupo este que é fruto da relação conflituosa entre o Estado, representado pela força policial, e a população negra, de baixa renda.

A Patamo, polícia colonial do governo baiano, anti-preta, cheia de pretos adestrados pelo auto ódio, e um aparato de morte e desgraça, invadiu e ocupou o Nordeste de Amaralina e matou ao menos 12 pessoas em 07 dias. No Bairro da Paz, líderes comunitários são agredidos, humilhados e ameaçados, pessoas na Engomadeira são submetidas a humilhações. (BORGES, 2018)

Todo esse sistema de violência institucional foi pensado, estruturado e sofisticado e a Constituição Federal foi usada para mascarar-lo, assim como a ideia de democracia racial. A violência física é muito utilizada pelo Estado, mas sozinha é insuficiente para manter o controle social.

A concentração estatal da violência transferiu a inteligência ambiciosa das artes marciais e da capacidade física para o cálculo, que passou a anteceder as ações politicamente orientadas e a prever as reações ou antecipações prováveis. (SOARES, 1996, p., 22)

Em outras palavras o Estado violenta as comunidades negras e pobres, estas por sua vez se tornam hostis como um mecanismo de defesa, depois o Estado manda seu braço armado (polícia) para coibir uma hostilidade provocada, por políticas públicas insuficientes e, muitas vezes, perversas.

5 JUSTIFICATIVA

A realização desta pesquisa se justifica pelos motivos citados nas linhas anteriores e, muitos outros que serão evidenciados durante a realização da pesquisa, mas precisamos ir a fundo nesse tema, pois essa dominação ceifa vidas todos os dias.

Na capital baiana o Estado age de forma perversa nas comunidades em que vivem pessoas com baixo poder aquisitivo e, majoritariamente negras. A violência institucional está veementemente atrelada ao racismo e precisa ser combatida em todos os âmbitos da sociedade. É necessário produzir artigos, monografias, livros,

ou qualquer outro tipo de esforços, que possam evidenciar e discutir a violência para compreendermos suas causas e extingui-las.

A Constituição Federal de 1988 tem muitas soluções para os problemas de nossa sociedade, mas não é posto em prática, pois há um outro projeto em funcionamento, o de um Estado que mata milhares de negros por ano, e os submete a condições de vida, que os leva à subempregos, criminalidade ou frequentemente aos necrotérios.

No contexto atual de Salvador, da Bahia, do Norte/Nordeste, do Brasil, é imprescindível por mais ainda esse tema em pauta, propondo diferentes questões, abordagens e formas de olhar, afinal, o Brasil é o país que mais mata no mundo. Mata de diferentes formas. Mata retirando direitos e recursos básicos. Mata todos os dias degradando a vida, ceifando os sonhos, esperanças e dignidade. Mata tirando-lhes o último sopro de vida. Não podemos esperar por um Estado que mata incansavelmente.

A violência institucional não dá trégua, não para, não pestaneja. Por isso temos que combatê-la da mesma forma. Minha pesquisa se justifica por si só. O contexto no qual nós estamos exige que nos empenhemos para curar esse câncer que, espalhou-se e se enraizou por todo o país. É um trabalho longo. Por isso devemos começar logo.

6 METODOLOGIA

A realização do trabalho será feita tendo por base a conciliação de métodos qualitativos e quantitativos para que o estudo tenha bases precisas, e um olhar sensível às demandas que busca suprir.

O método quantitativo é aquele que dá um caráter dimensional a pesquisa, ele utiliza ferramentas que possam testar a veracidade de sua tese. É necessário porque o Brasil é um país continental e precisamos de informações gerais. Esse método com bases milenares, é fundamental para estabelecer padrões, como diz Minayo, (1993) e creio que descobrindo as origens e o comportamento da violência institucional torna-se mais fácil a implementação de soluções.

É bem conhecido o fantástico conhecimento adquirido pelos astrônomos da Babilônia e do Egito antigo, não só envolvendo a observação prolongada e precisa dos eventos, mas também desenvolvendo a habilidade para se distinguir padrões de mudanças, sobre cuja base puderam criar um calendário (MINAYO, 1993, p.,240)

Um questionário socioeconômico será aplicado aos voluntários, aqueles com perfil adequado, partirão para segunda etapa, que consiste em uma entrevista, desta vez mais livre e com o objetivo os relatos sobre da violência e a ação do Estado em suas respectivas comunidades, estes serão os únicos pontos pré-estabelecidos.

O método qualitativo é o responsável por nos lembrar que os números apresentados pelo método anterior, têm um significado, são pessoas, são histórias, são vidas e não podem deixar de ser tratadas com a devida atenção. Como ressalta Minayo (1993) “As ciências sociais privam-se da sua própria essência quando se abstêm de examinar a estrutura motivacional da ação humana.”

O presente estudo terá como ferramentas para obtenção de seus resultados: realização de entrevistas, leitura de jornais e levantamentos cadavéricos cedidos pelo Instituto Médico Legal (IML) Nina Rodrigues. A entrevista é de suma importância para a realização da pesquisa, pois os cidadãos que possuem baixo poder aquisitivo são os mais atingidos, pela violência e, isso leva a crer que a entrevista dessas pessoas nos apresentar pistas e formas de entendimento do que significar conviver com a violência institucional do Estado através de suas ações. Ou seja, a busca pelo recurso das entrevistas tem a perspectiva de trazer para centro do debate as experiências vividas pelas pessoas entrevistadas.

Os voluntários serão escolhidos em localidades específicas. Para isso buscaremos parcerias com as associações de moradores, associação e grupos culturais e outros agentes comunitários dos devidos bairros.

No mais espera-se que a entrevista corra de forma solta. O intuito é deixar o entrevistado a vontade para relatar o que for mais relevante em sua vivência sobre o assunto em pauta.

Ao final serão selecionados doze voluntários, seis homens e seis mulheres, metade desse coeficiente de ambos os gêneros com idade entre 15 e 29 anos a outra metade entre 35 e 50 anos. No caso das mulheres é necessário selecionar mulheres que já tenham passado pelo processo da maternidade. A renda per capita de até um 1,5 salário mínimo e que tenham em algum momento o sistema público

educacional. Ou seja, queremos pessoas que utilizam com mais frequência os serviços do Estado e como avaliam estes.

A partir das informações dadas pelo entrevistado, será possível ter uma noção do que acontece, mas é necessário atenção nas expressões corporais e entonação para que nenhum detalhe seja perdido, pois algumas coisas de suma importância para a entrevista, não serão diretamente informadas, isso exige um olhar apurado do pesquisador para observar as entrelinhas.

Por tratar de um tema tão complexo, a violência institucionalizada instaurada pelo Estado, é importante que, a abordagem e o local sejam escolhidos cautelosamente, para que o voluntário tenha sua identidade mantida em sigilo e sua integridade inabalada, além disso, o local deve passar tranquilidade e seriedade, desta forma a entrevista poderá acontecer sem maiores problemas ou adversidades.

Por ser um tema que poucos se sentem à vontade para falar abertamente, pretende-se levar a entrevista de uma maneira que o entrevistado sinta-se apenas em uma conversa, é fundamental uma aproximação por parte do entrevistador, para que o entrevistado não se sinta como objeto de estudo, porque isso pode inibi-lo e comprometer a pesquisa. Os três passos básicos para que uma entrevista corra da forma mais eficiente possível, como cita a autora Márcia Lima são:

O entrevistado nunca deve se sentir constrangido – entrevista não é interrogatório ii) Os roteiros de entrevistas, assim como os de questionários estruturados, devem ter uma sequência que permita ao entrevistador conduzir a entrevista preservando a ideia de uma “conversa”; e iii) As perguntas devem ser pertinentes, considerando o perfil dos entrevistados. (LIMA, 2016 p., 25)

Como ferramentas quantitativas serão utilizados os dados dos mapas da violência, IBGE, jornais e do Instituto Médico Legal (IML) de Salvador – BA. Mas creio que seja salutar, também utilizar uma fonte de referências mais independentes como organizações não governamentais para fazer um contrabalanço dos números e ter a visão mais próxima possível da realidade. Esse leque de fontes, é, importante para que possamos construir uma análise consistente.

A pesquisa analisará os dados dos últimos cinco anos, porque, acreditamos que é um período razoável para estudar o comportamento dos fenômenos sociais que levam a violência institucional, além disso pretende-se observar se os números tendem a crescer ou se estão em processo de regressão. Outro fato que merece

que merece destaque é atualização do sistema de levantamento cadavérico do IML é mais detalhado, e pode ceder informações cruciais, como: idade, bairro, raça e gênero. Dessa forma podemos analisar os pontos comuns e as áreas de concentração da violência.

Percebe-se que o mais indicado para a presente pesquisa é a interação entre os dois métodos de pesquisa, (quantitativo e qualitativo) para que os dados a serem obtidos não tenham teor apenas numérico, apesar da necessidade. Almeja-se material humano, pois as pessoas que sofrem essas modalidades de violência, geralmente são silenciadas e viram apenas estatísticas, números.

7 CRONOGRAMA

ANO 2018-2021	Sem 2018. 2	Sem 2019.1	Sem 2019.2	Sem 2020.1	Sem 2020.2	Sem 2021.1
Pesquisa bibliográfica						
Leitura, fichamento e recolhimento de dados						
Seleção dos (as) voluntários (as) através dos questionários						
Entrevistas						
Cruzamento dos materiais qualitativos e quantitativos						
Elaboração da monografia.						

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto tem a pretensão de discutir as facetas da Violência Institucional e buscará meios para realização de um debate profundo e abrangente para que este fenômeno social seja diminuído e, em longo prazo, erradicado. A pesquisa que será realizada é uma pequena, mas importante contribuição. Uma tentativa de fazer frente ao extermínio da população economicamente vulnerável e afrodescendente de Salvador, Bahia, Brasil.

REFERÊNCIAS

A POLÍCIA Brasileira é a que Mais Mata no Mundo, diz relatório. Disponível em: < [ttp://g1.globo.com/globo-news/noticia/2015/09/forca-policia-brasileira-e-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio.html](http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2015/09/forca-policia-brasileira-e-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio.html). > acesso em: 07/04/18

AGUIAR, J. M.; D'OLIVEIRA, A.F.L. **Institutional violence in public maternity hospitals: the women's view.** *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.15, n.36, p.79-91, jan./mar. 2011.

ALMEIDA M. S.; SILVA I.A. **Necessidades de mulheres no puerpério imediato em uma maternidade pública de Salvador, Bahia, Brasil.** *Rev. Esc. Enferm. USP*, São Paulo. 42(2):347-54. 2008

ARENDT, Hannah. **Da violência.** Trad. Maria Claudia Drummond Trindade. Universidade de Brasília. 1985.

BORGES, H.; **Precisamos Seguir Dizendo Que Lutar Não é Um Negócio, e Que em Larga Medida Somos Cúmplices de Nossa Desgraça. – 03 Anos do Massacre do Cabula,** Salvador. 2018. Disponível em: < <http://www.reajaouseramortx.com/> > acesso em: 15/05/2018

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. PL 4471/12. Trata de procedimento de perícia, exame de corpo delito, necropsia e da instauração de inquérito nos casos em que o emprego da força policial resultar morte ou lesão corporal. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=556267> > Acesso em: 03/05/18

BRETAS, V.; **As 250 Cidades Mais Violentas do Brasil:** Em Três Anos, Mais de 112 Mil Pessoas Foram Mortas Por Armas de Fogo no Brasil. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/brasil/as-250-cidades-mais-violentas-do-brasil/> > Acesso em: 02/04/18

DURKHEIM, É.; **Educação e Sociologia.** 5 ed. Petrópolis, Vozes. 2014.120 p.

ESPINHEIRA, G. (Org.). **Sociabilidade e Violência:** Criminalidade No Cotidiano de Vida dos Moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. 1 ed. Salvador, EDUFBA. 2004.

FLAUZINA, A. L. P.; **Corpo Negro Caído no Chão:** O sistema Penal e o Projeto do Genocida do Estado Brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FRAGA FILHO, w.; **Mendigos, Moleques e Vadios Na Bahia do Século XIX.** 1 ed. Salvador/ São Paulo, HUCITEC. 1996.188 p.

LIMA, Márcia. **Bloco Qualitativo**: métodos de pesquisa em ciências sociais. Cap. 4: O uso da entrevista na pesquisa empírica. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP. 2016. 72 p.

MIGNOLO, W. D.; **Desobediência Epistêmica**: A Opção Descolonial e o Significado de Identidade em Política. Caderno de Letras da UFF- Dossiê: Literatura, Língua e Identidade, Rio de Janeiro n 34, p. 287-324, 2008.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo**: Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993

NOGUEIRA, Renato. **Afrocentricidade e Educação**: Os princípios gerais para um currículo afrocentrado. In: Revista África e Africanidades, 2010. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/01112010_02.pdf> Acesso em: 05/05/18

POPULAÇÃO chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. Disponível em:< <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html> > Acesso em: 07/04/18

REIS, v.; **Atucaiados Pelo Estado**: As Políticas de Segurança Pública Nos Bairros Populares de Salvador e Suas Representações, 1991-2001. 2005. 247 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2005. 188 p.

SALADAÑA, P.; **Maioria dos estudantes de oito anos não sabe ler nem fazer conta direito**. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/10/1930040-metade-dos-alunos-de-8-anos-tem-nivel-insuficiente-de-leitura-e-matematica.shtml>> Acesso em: 08/04/18

SALVADOR é a capital mais negra do país, aponta IBGE. Disponível em:< <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2011/11/salvador-e-capital-mais-negra-do-pais-aponta-ibge.html> > Acesso em: 03/04/18

SANTOS B. F.; **As 150 Cidades Mais Violentas do Brasil**. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/brasil/as-150-cidades-mais-violentas-do-brasil/> > Acesso em: 07/04/18

SOARES, L. E. (Org.). et al. **Violência e Política No Rio de Janeiro**. 1 ed. Rio de Janeiro, Relume Dumará: ISER.1996. 309 p.

SOUZA, C. Imagens e Representações da Cidade as Inquietações e Emoções dos Moradores de Novos Alagados No Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA. In. NASCIMENTO, A. F. (Org). **Sentimentos e Ressentimentos em Cidades Brasileiras**: Teresina, EDUFPI; Imperatriz, MA: Ética. 2010. 324 p.

TAXA de Homicídios no Brasil, Atingiu Recorde Em 2014. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27412 >. Acesso em 04/04/18

WEBER, Max; **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. V. 2 Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2015. 464 p.